

Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.

CNPJ nº 54.777.709/0001-27 - NIRE 35300635744

Ata da 6ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2025

I. Data, Hora e Local: Ao vigésimo nono (29º) dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel Silva Teles, nº 977, Conjunto Comercial 61 Pavimento 6 Ed. Dahruj Tower, Cambuí, CEP 13024-001. **II. Presença:** dispensada a publicação dos Editais de Convocação de acordo com o Art. 124, parágrafo 4 º da lei 6.404 de 15/12/76. **III. Convocação:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social. **IV. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Joel Jayr Fogaça de Lisboa**, que convidou a mim **Maria Luíza Biscoli Fritsch Marx**, para secretariá-lo. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **a)** Redução do Capital Social da Companhia; **b)** Alteração do Capítulo 2, clausula 5 da Companhia; **c)** Aprovar a alteração e a consolidação do estatuto da Companhia; **VI. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **(a)** Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade (ou pela maioria, conforme a votação), **Aprovaram** a redução do capital social da companhia em R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do art. 173 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Em decorrência da redução aprovada, o capital da Companhia para de R\$ 100.001.000,00 (cem milhões e mil reais) para R\$ 45.001.000,00 (quarenta e cinco milhões e mil reais) mediante ao cancelamento de 55.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias, nominativas, com valor de R\$ 1,00 (um real) cada. Autorizando-se, ainda, a Diretoria a adotar todas as providências necessárias à implementação da deliberação, incluindo o arquivamento dos atos pertinentes perante a Junta Comercial e demais órgãos competentes. **(b)** Aprovar a alteração do Capítulo 2, clausula 5 da companhia e a consolidação do estatuto, que é anexado à presente ata com a seguinte redação: **Clausula 5. O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, em moeda corrente do país, é de R\$ 45.001.000,00 (quarenta e cinco milhões e mil reais), dividido e representado em 45.001.000,00 (quarenta e cinco milhões e mil) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma.** **(c)** Aprovar a alteração e a consolidação do estatuto da Companhia, que é anexado à presente ata. **VII. Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra para a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão e realizada a leitura da ata, a mesma foi aprovada e assinada pelos presentes. Campinas, 29 de outubro de 2025. Mesa: Joel Jayr Fogaça de Lisboa, Presidente; Maria Luíza Biscoli Fritsch Marx, Secretária, Acionistas: Prosperita Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada; Reag Portfolio Solutions Ltda., 48.954.141/0001-70, Murilo Menezes Pisciotta, CPF 253.345.128-29.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo 1 – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Clausula 1. A sociedade atua sob a denominação de **Triunfante Brasil Distribuidora de Alimentos S.A.** e rege-se pelo presente contrato social e pelas disposições legais aplicáveis. **Clausula 2.** A Companhia tem sua sede social e administrativa na Avenida Coronel Silva Teles, nº 977, Conjunto Comercial 61 Pavimento 6 Ed. Dahruj Tower, Cambuí, CEP 13024-001 **Parágrafo primeiro.** Mediante decisão dos diretores, a Companhia poderá abrir e fechar filiais, agências, escritórios e depósitos em qualquer localidade do país ou do exterior. **Parágrafo segundo.** A Companhia possui as seguintes filiais: **1.** Rua Saldado Filho, nº 2500, Jardim Pedro Demeterco, CEP 83320-340, Cidade de Pinhais, Estado do Paraná; CNPJ: 54.777.709/0010-18 NIRE 41902035715; **2.** Avenida Tiradentes, nº 5727, Jardim Rosicler, CEP 86072-000, Cidade de Londrina, Estado do Paraná; CNPJ: 54.777.709/0009-84 NIRE 41902035707; **3.** Rua Sergio Jungblut Dieterich, nº 780, depósitos 06 e 07, Sarandi, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP: 91060-410, CNPJ: 54.777.709/0008-01 NIRE 43920082161; **4.** Rua Hanna Abdulahad, nº 51, Jardim Paradiso, CEP 79117-008, Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul; CNPJ 54.777.709/0007-12 CNPJ 54.777.709/0007-12; **5.** Rua Miracema, nº 280, Chácara Reunidas, CEP 12238-360, Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo; - CNPJ: 54.777.709/0012-80 - NIRE: 35906801132; **6.** Avenida Standard, nº 100, bairro Três Portos, Esteio, Rio Grande do Sul, CEP 93.212-220; NIRE 43920082144, CNPJ 54.777.709/0006-31; **7.** Rua Moreira Sales, nº 120, Emiliano Perneta, CEP 83325-01, Cidade de Cidade de Pinhais, Estado do Paraná; NIRE 41902035693, CNPJ 54.777.709/0005-50; **8.** Avenida Renato Festugato, 321, Barracão A, Bairro Domítiliano Theobaldo Bresolin, CEP 85818-118, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná; NIRE 41902035685, CNPJ 54.777.709/0004-70; **9.** Avenida Renato Festugato, 321, Barracão B, Bairro Domítiliano Theobaldo Bresolin, CEP 85818-118, Cidade de Cascavel, Estado do Paraná; NIRE 41902035677, CNPJ 54.777.709/0003-99; **10.** Avenida Miguel Sutil, nº 13010, Vila Santa Izabel, município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78035-000; NIRE 51920064126, CNPJ 54.777.709/0002-08; **11.** Avenida Dom Antônio Barbosa, nº 164, Jardim Paradiso, CEP 79117-000, Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, NIRE 54920094419, CNPJ 54.777.709/0011-07; **12.** Avenida Standard, nº 100, bairro Três Portos, Esteio, Rio Grande do Sul, CEP 93.212-220, CNPJ 54.777.709/0013-60.

Clausula 3. A Companhia tem por objeto social: o comércio atacadista; importação e exportação de produtos representados pelos seguintes CNAEs: • 46.39-7-01 – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; • 46.17-6-00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; • 46.23-1-09 – Comércio atacadista de alimentos para animais; • 46.35-4-99 – Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; • 46.43-5-01 – Comércio atacadista de calçados; • 46.46-0-01 – Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; • 46.46-0-02 – Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; • 46.49-4-08 – Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; • 46.49-4-99 – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; • 47.29-6-99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente. **Parágrafo único.** É vedado o uso da firma para fins estranhos aos do objeto social. **Clausula 4.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Clausula 5.** O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, em moeda corrente do país, é de R\$ 45.001.000,00 (quarenta e cinco milhões e mil reais), dividido e representado em 45.001.000,00 (quarenta e cinco milhões e mil) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo único:** A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas ações, sendo que caberá exclusivamente a eles os lucros e as perdas apurados. **Capítulo III – Administração e Representação da Companhia. Clausula 6.** A administração será exercida por 1 ou mais diretores, até um limite de 3, sócios ou não, que serão eleitos em Assembleia dos Sócios para mandatos de 3 anos podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro.** Compete aos diretores praticar todos os atos de interesse da Companhia e os que se façam necessários ao pleno e fiel cumprimento de seu objeto social. Compete, ademais, aos diretores, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, Companhias de economia mista, entidades paraestatais e instituições financeiras. **Parágrafo Segundo.** Os diretores deverão realizar todos os atos necessários à consecução do objeto social descrito na Clausula Terceira, empregando toda a diligência e cuidados adequados, incluindo, sem limitação: (i) elaborar as contas da administração, inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico da Companhia ao término de cada exercício social; (ii) contratar e demitir qualquer funcionário da Companhia; e (iii) assinar documentos, contratos e outorgar procurações em nome da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** Fica expressamente proibida a prática de qualquer ato, pelos diretores ou pelos procuradores regularmente constituídos em nome da Companhia, com fins estranhos ao objeto social, incluindo, sem limitação, abonar, endossar, dar carta fiança, avalizar ou assinar qualquer outro documento que implique em responsabilidade para esta, ficando os diretores e os procuradores, conforme aplicável, responsáveis por tais atos. **Parágrafo Quarto.** Além dos diretores acima indicado, poderão ser designados outros diretores, em ato separado, mediante registro do termo de posse no livro de atas de administração e averbação da alteração deste ato constitutivo. **Parágrafo Quinto.** Os diretores devem manter, na sede da Companhia, os livros obrigatórios, fiscais e societários, determinados pela legislação aplicável. **Parágrafo Sexto.** Os diretores da Companhia poderão receber *pro-labore* pelos serviços prestados. **Capítulo IV – Assembleia Geral, Direitos e Deveres dos Acionistas. Clausula 7** – A Assembleia Geral é o órgão supremo da Companhia, cabendo-lhe exercer as funções que lhe forem cometidas pela lei, por este estatuto ou por eventual acordo de acionistas, bem como tomar qualquer deliberação sobre os negócios ou interesses sociais e reformar o estatuto social. **Parágrafo único** – As convocações das assembleias Gerais serão feitas segundo as regras estabelecidas em lei. **Clausula 8** – As assembleias gerais são ordinárias ou extraordinárias. § 1º – As Assembleias serão presididas pelo Diretor-Presidente caso ele seja acionista, e não sendo este acionista, por um dos acionistas presentes, compondo-se a mesa, dele e de pelo menos um secretário eleito pelos acionistas com direito de voto presentes à assembleia respectiva. § 2º – Constituídas legalmente, as Assembleias deliberam, validamente, aprovando ou recusando os atos submetidos à sua apreciação, por maioria de votos, na forma da lei, cabendo-lhes, dentre outras matérias: a) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) eleger os diretores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. d) reformar o estatuto social; e) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os diretores e os fiscais da companhia, ressalvado o disposto no Clausula 142, inciso II, da Lei nº 6.404, de 1976; f) tomar, anualmente, as contas dos diretores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; g) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no Clausula 59, §1º, 2º e 4º, da Lei nº 6.404, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011; h) suspender o exercício dos direitos do acionista, conforme previsto no Clausula 120 da Lei nº 6.404, de 1976; i) autorizar a emissão de partes beneficiárias; j) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia. § 3º As seguintes matérias exigem a aprovação de votos correspondentes a, no mínimo, 69% (sessenta e nove por cento) das ações emitidas e com direito a voto: a) designação de liquidante; b) cessação do estado de liquidação da companhia; c) dissolução da companhia. § 4º Não serão computados os votos proferidos em contrariedade à disposição expressa de Acordos de Acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia. § 5º Todos os documentos relacionados com a ordem do dia, que deverão ser analisados ou discutidos em Assembleia Geral, serão disponibilizados aos acionistas na sede social com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência de sua realização. § 6º As Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência de sua realização. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. § 7º Será considerada regular a Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas, dispensando-se, neste caso, a convocação prévia. **Capítulo V – O Conselho Fiscal. Clausula 9** – O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente reunir-se-á nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito de voto, e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação. § 1º – O Conselho Fiscal somente poderá funcionar com a totalidade de seus membros, devendo por este motivo, quando haja qualquer impedimento, ser convocado o suplente, a quem compete fazer a substituição. § 2º – Das reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-á uma ata em livro próprio, mantido pela companhia. **Clausula 10** – O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos, cada um dos quais terá um suplente, sendo todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, que os poderá reeleger. § 1º – Em caso de vaga no Conselho Fiscal, bem como no impedimento de quaisquer dos seus membros, por mais de 02 (dois) meses, o lugar será preenchido pelo suplente mais votado e, tendo havido empate, pelo mais idoso. § 2º – Os membros do Conselho Fiscal terão remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída como remuneração fixa para cada diretor(a), não computados os benefícios, verbas de indenização e participação nos lucros. **Clausula 11** – Quando em funcionamento, compete ao Conselho Fiscal: a) fiscalizar todos os atos dos diretores e negócios da Cia., verificando os deveres legais e estatutários; b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis; c) opinar, quando solicitado, sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures, planos de investimentos, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; d) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências, necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; e) convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 01 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes; f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; g) examinar as demonstrações financeiras da companhia. **Capítulo VI – A Distribuição dos Lucros. Clausula 12** – O balanço e as demonstrações contábeis da companhia serão realizados no mínimo anualmente, considerando-se a situação patrimonial verificada no dia 31 de dezembro de cada ano. Dos lucros líquidos verificados, feitas todas as deduções e amortizações legalmente permitidas, far-se-á a seguinte distribuição: a) 05% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que se atinja 20% (vinte por cento) do capital social, ou quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o §1º, do Clausula 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) obrigatoriamente para a distribuição de dividendos aos acionistas; c) 70% (setenta por cento) para distribuição entre os acionistas como dividendos, constituição de reserva, pagamento de obrigações, ou qualquer outra destinação, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, visando o interesse da companhia. § 1º – Não haverá benefício de ordem entre os dividendos pagos às ações ordinárias e preferenciais, salvo nas hipóteses previstas no Clausula 4º, sendo o pagamento feito na mesma data e nas mesmas condições. § 2º – O excesso, se houver, será repartido, como dividendo complementar, sem distinção, entre os proprietários das ações preferenciais e das ações ordinárias. § 3º – Na constituição das diferentes Reservas, serão observados os limites legais. § 4º – Os valores eventualmente pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, dividendos fixos ou mínimos, serão somados e considerados integralmente para o pagamento dos dividendos previstos na alínea "b" do *caput* deste Clausula (dividendo mínimo obrigatório). § 5º – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Capítulo VII – Liquidação e Clausula Arbitral. Clausula 13** – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período da liquidação. **Clausula 14** – As partes expressamente convencionam que as omissões, dúvidas ou controvérsias que possam ser eventualmente suscitadas em virtude do disposto no presente contrato deverão ser supridas ou resolvidas com amparo na legislação brasileira, por meio de Mediação Institucional, a ser instaurada de acordo com o Regulamento de Mediação da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil, por mediador único, sorteado dentre os membros do Quadro de Mediadores da CAMARB. Se a Mediação instaurada não obter êxito no prazo regulamentar, a controvérsia, por solicitação de qualquer das partes, será convertida em Arbitragem a ser instaurada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil, por três árbitros, sorteados dentre os membros do quadro de árbitros da CAMARB. A mediação e arbitragem serão conduzidas no idioma português, e as partes irão arcar com os honorários de seus próprios advogados, sem a possibilidade de condenação em honorários de sucumbência. **Capítulo VIII – Disposições Gerais. Clausula 15.** Os diretores eleitos declararão sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer atividades mercantis e/ou a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. E, por estarem assim, justas e contratadas, as Partes assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) via para que produza todos os efeitos.

Concessionária Linha Universidade

CNPJ/MF nº 35.588.161/0001-22 - NIRE 35.801.545.044

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2025

I. Data, Hora e Local: Realizada em 17 de setembro de 2025, às 12:00 horas, na sede social da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **II. Presenças:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **III. Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente); e Sra. Janaina Martinez Jobábe Bedette (Secretária). **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a abertura de uma filial da Companhia. **V. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão da matéria constante na ordem do dia, foi aprovada a seguinte deliberação, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) A abertura de uma filial da Companhia, a ser localizada na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, conjunto 111, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 17 de setembro de 2025. (ass.:) Mesa: Sr. André Lima De Angelo – Presidente; Sra. Janaina Martinez Jobábe Bedette – Secretária. **Acionistas: Acciona Construcción, S.A.** Por: André Lima De Angelo – Diretor de Pais, Por: Luis Alejandro Peñalosa Morales – Diretor Financeiro. **Linha Universidade Investimentos S.A.** Por: Juan Antonio Santos de Paz – Diretor, Por: Fernando Minguez Llorente – Diretor; **STOA Metro Brazil I S.A.S.,** Por: Marie-Laure Mazaud – General Manager; **Socten Inversiones Financieras S.L.,** Por: Inigo Kozas Lano – Administrador; Por: Juan Pablo Coma – Administrador. JUCESP – Registrado sob o nº 383.865/25-1 e NIRE 35.907.322.220 em 24/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Extraordinária. Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da **Ewally Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia") a ser realizada **às 9h00 do dia 25 de novembro de 2025**, em primeira convocação, e às **9h00 do dia 01 de dezembro de 2025**, em segunda convocação, de forma: (i) presencial, na sede da Companhia, bem como (ii) remotamente, por meio da plataforma eletrônica Google Meet, cujo link de acesso é meet.google.com/skk-yzpq-cud, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a valor patrimonial, mediante a emissão de 11.538.461 (onze milhões, quinhentas e trinta e oito mil, quatrocentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$ 57.239.825,00 (cinquenta e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais) para R\$ 63.239.825,00 (sessenta e três milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais), dividido em 20.622.824 (vinte milhões, seiscentas e vinte e duas, oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB"); (ii) alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o referido aumento do capital social, (iii) tomar ciência e deliberar sobre a alteração do jornal utilizado para as publicações legais da Companhia, nos termos do artigo 289, §3º da Lei das S.A., com a substituição do atual veículo de divulgação utilizado pela Companhia, pelo jornal "Diário Comercial"; e (iv) autorização à administração da Companhia para adotar todas as medidas prévias necessárias ao encerramento das atividades de instituição de pagamento, visando o posterior cancelamento, junto ao BCB, da autorização para funcionamento como instituição de pagamento, sendo que, após a adoção das medidas prévias necessárias, os acionistas deliberarão sobre a apresentação do requerimento de cancelamento de autorização para funcionamento ao BCB, nos termos da regulamentação vigente. São Paulo/SP, 13 de novembro de 2025. **Joamir Parmejani Bisterzo** - Diretor Presidente.

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 - NIRE 35.300.561.201 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de outubro de 2025

1 Data, Hora e Local: No dia 16 de outubro de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social do Grupo Toky S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090. **2 Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 13, e parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"). **3 Mesa:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Beatriz Orsolin. **4 Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) diante da renúncia apresentada em 11 de agosto de 2025 pelos Srs. Philipp Christopher Steinhäuser e Marc Dominic Appelhoff, a eleição de 02 (dois) novos substitutos que passarão a compor inteiramente o Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo 7º do artigo 12 do Estatuto Social, e cuja eleição será submetida à ratificação da primeira Assembleia Geral da Companhia que venha a ser realizada após esta data; e (ii) a autorização para que os administradores da Companhia adotem as providências necessárias para o implemento das deliberações aprovadas nesta reunião. **5 Deliberações:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração a aprovaram, por unanimidade de votos e sem restrições: (i) a eleição do Sr. **Leonardo Pinheiro Gasparin**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 309.849 SSP-TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 707.924.291-68, e do Sr. **Márcio Barreira Campello**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.856.152-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.382.597-89, ambos com endereço comercial na sede da Companhia, como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. A eleição dos conselheiros ora nomeados será submetida à ratificação da primeira Assembleia Geral da Companhia que venha a ser realizada após esta data, nos termos do parágrafo 7º do artigo 12 do Estatuto Social. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados na forma da lei, em livro próprio, os quais conterão, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934/1994, no artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80/2022 ("**Resolução CVM 80**") as declarações aplicáveis, bem como a anuência aos termos da cláusula compromissória prevista no Estatuto Social, em atenção ao artigo 39 do Regulamento do Novo Mercado da B3. Os membros eleitos encaminharão à Companhia declaração atestando seu respectivo enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Balcão e artigo 6º, Anexo K, da Resolução CVM 80; e (ii) autorizar os administradores da Companhia a adotarem as providências necessárias para o implemento da liquidação aprovada nesta reunião. **6 Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7 Assinaturas:** Mesa: Marcelo Rodrigues Marques – Presidente; Beatriz Orsolin – Secretária. Membros do Conselho de Administração presentes: Marcelo Rodrigues Marques, Victor Pereira Noda, Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges, Daniel Vinicius Alberini Schrickte (Membro Independente) e Donato de Abreu Ramos (Membro Independente). São Paulo, 16 de outubro de 2025. Mesa: **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração; **Beatriz Orsolin** – Secretária. **Victor Pereira Noda** – Conselheiro; **Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges** – Conselheiro; **Daniel Vinicius Alberini Schrickte** – Conselheiro Independente; **Donato de Abreu Ramos** – Conselheiro Independente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 392.654/25-8 em 12/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Elekeiroz S.A.

CNPJ/MF nº 13.788.120/0001-47 - NIRE 35.300.323.971

Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de junho de 2025

Data, Hora e Local: em 09 de junho de 2025, às 10:00, reunião realizada por teleconferência. **Mesa:** Domingos Fortunato Neto (Presidente) e Ricardo Tadeu Rovida Silva (Secretário). **Quorum:** a totalidade dos membros efetivos. **Deliberação Tomada por Unanimidade:** os Conselheiros deliberaram, nos termos do Estatuto Social: (i) aprovar e ratificar a autorização para a captação de recursos junto ao BNDES, através do Fname Matrizes, junto ao Banco Safra, no valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de Reais), ao custo de TLP + 1,15% a.a., com SWAP para CDI + 0,0% ao ano (CDI mais zero percento ao ano), com vencimento em 15/12/2025, pagamento de juros e principal no vencimento, com aval da sociedade Oswaldor Cruz Química Indústria e Comércio Ltda., representada na forma de seu contrato social, (ii) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação dessa operação. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Várzea Paulista (SP), 09 de junho de 2025. **Mesa:** Domingos Fortunato Neto – Presidente; Ricardo Tadeu Rovida Silva – Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** Francisco Fortunato, Domingos Fortunato Neto e Filippo Cattozatto Fortunato. Várzea Paulista/SP, 09 de junho de 2025. Certifico ser a presente cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Ricardo Tadeu Rovida Silva – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 393.107/25-5 em 13/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 - NIRE 35.300.545.044

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2025

I. Data, Hora e Local: Realizada em 21 de outubro de 2025, às 12:00 horas, na sede social da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **II. Presenças:** Reunião instalada por meio eletrônico com a participação dos seguintes membros do Conselho de Administração ("Conselheiros"): o Sr. André Lima De Angelo, o Sr. Pedro Enrique Mengotti Fernandez de los Rios, o Sr. Antonio Pérez de Arenaza, o Sr. Mathieu Pierre Henri Lebègue, a Sra. Anne Mariette Amélie Rousseau e o Sr. Inigo Rozas Cano. **III. Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente) e Sra. Janaina Martinez Jobábe Bedette (Secretária). **IV. Ordem do Dia:** (a) Desculpas e delegações; (b) Deliberar sobre a recondução dos Diretores Presidente (CEO), Executivo (Deputy CEO) e de Administração Contratual e QSMS; (c) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **V. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. Ato contínuo, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foi aprovada a seguinte matéria, por unanimidade de votos e sem ressalvas: a) a reeleição, para um mandato unificado de 3 (três) anos a contar de 26/10/2025, do Sr. Jaime José Juraszek Júnior, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 3982287-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 544.265.969-04, com domicílio profissional na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000, para o cargo de **Diretor Presidente (CEO)**, conforme os termos de posse constantes do **Anexo I** à presente ata; b) a reeleição, para um mandato unificado de 3 (três) anos a contar de 04/11/2025, do Sr. Fernando Minguez Llorente, espanhol, casado, engenheiro civil, portador do Registro Nacional de Migratório – RNM sob nº F299202E, inscrito no CPF/ME sob o nº 716.583.671-38, com domicílio profissional na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000, para o cargo de **Diretor Executivo (Deputy CEO)**, conforme os termos de posse constantes do **Anexo II** à presente ata; e c) a reeleição, para um mandato unificado de 3 (três) anos a contar de 04/11/2025, do Sr. Moisés Nonato Santos, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.956.480-5, inscrito no CPF/ME sob o nº 183.138.788-35, com domicílio profissional na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000, para o cargo de **Diretor de Administração Contratual e QSMS**, conforme os termos de posse constantes do **Anexo III** à presente ata; d) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações ora aprovadas. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os conselheiros participantes: Sr. André Lima De Angelo, o Sr. Pedro Enrique Mengotti Fernandez de los Rios, o Sr. Antonio Pérez de Arenaza, o Sr. Mathieu Pierre Henri Lebègue, a Sra. Anne Mariette Amélie Rousseau e o Sr. Inigo Rozas Cano. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 391.347/25-1 em 10/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/11/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

